

02) Geopolítica do Meio Ambiente

Ao longo do século XX, sobretudo a partir da segunda metade desse período, pôde-se observar a ampliação de um novo debate político de primeira ordem: a consideração do debate ambiental como um problema político e geopolítico para a escala global. A partir da emergência e intensificação de problemas ambientais na escala global - mudanças climáticas, e aquecimento global, aumento do nível do mar etc. - e seus efeitos na escala local - inundações urbanas, desastres ambientais diversos, como deslizamentos de encostas e migrações forçadas de pessoas atingidas por tais fenômenos - considera-se a emergência de uma politização dessa crise ambiental, expressa, sobretudo, a partir da produção energética e seus impactos sobre os ambientes diversos. Partindo dessas considerações, observamos a emergência de uma dimensão geopolítica do meio ambiente conforme a perspectiva adotada por RUTHA BECKER em seus escritos sobre a Geopolítica da Amazônia: debates e mobilizações que buscam influenciar as formas como os Estados usam os seus territórios, incluindo os seus recursos ambientais e energéticos.

Conforme destaca Leandro Dias de Oliveira no seu livro "Geopolítica Ambiental", a emergência de problemas ambientais de ordem global estimularam a emergência de novos atores e novas escalas de atuação para a problemática ambiental. Observa-se a emergência de organizações supranacionais, como aquelas vinculadas à ONU, de novos movimentos sociais, como o caso do Greenpeace, e novas abordagens preocupadas com a apropriação,



uso e impactos gerados pelos recursos naturais. Originada pelos desentendimentos entre o desenvolvimento econômico e o ambiente, uma crise ambiental foi rapidamente politizada, contribuindo para a consolidação do "desenvolvimento sustentável", novo paradigma econômico e político ampliado a partir da Conferência do Rio 92. É a partir da consolidação desse paradigma do desenvolvimento sustentável que se preservava uma ampliação do debate sobre a necessidade de uma transição energética global para minimizar os impactos da produção e consumo energéticos sobre o mundo.

A partir da década de 1990 intensifica-se o debate sobre a diminuição do consumo de energias fósseis, como o carvão e o petróleo, e a ampliação das energias renováveis, como a energia solar, eólica e demais fontes de energia menos agressivas. Nesse contexto, amplia-se a discussão sobre o mercado de carbono, a percepção sobre as diferentes cargas poluentes emitidas por diferentes países e o papel cada vez mais crescente de atores e movimentos supranacionais que desafiam a soberania dos países e buscam decidir como os territórios e seus recursos devem ser usados. Nesse contexto, torna-se pertinente considerar a ~~concepção~~ concepção sobre a geopolítica do meio ambiente exposta por Bertha Becker, em seus estudos sobre a Amazônia: a questão ambiental expressando uma dimensão geopolítica na medida que novos desafios e novos atores supranacionais buscam definir como os Estados devem usar seus territórios e recursos. Ademais, considerando que há interesses políticos e econômicos articulados com esse debate, considera-se que esse debate sobre a transição

energética possibilita o reposicionamento geopolítico e as estratégias de controle dos territórios, seus recursos e suas fontes energéticas.

Como podemos observar na última reunião da COP, realizada no Egito, o papel assumido pelos países dentro dessa transição energética e geopolítica do meio ambiente se articula diretamente com seus interesses econômicos, militares e territoriais. Considerando que países periféricos do Sistema Mundo são aqueles mais afetados pela crise ambiental e pelos custos envolvidos nessa transição energética, considera-se como questão central compreender os impactos políticos e geopolíticos dessas transformações. Por fim, é importante considerar como, em nome dessa transição energética, um conjunto de infraestruturas territoriais e equipamentos de produção energética vem transformando os espaços, como o caso das infraestruturas instaladas na Gran Amazônia, observadas pelo professor Wanderley Moura da Costa, ou os impactos no ordenamento territorial observados pela instalação de parques eólicos em diferentes contextos territoriais.

Assim, a partir da consideração do ambiente como um problema tomado global a partir da crise ambiental contemporânea, a transição energética global apresenta uma dimensão geopolítica no sentido que passa a impactar a forma como os territórios e seus recursos são apropriados. Esse processo se dá a partir da emergência de novos atores, novos desafios aos Estados e sociedades nacionais e reposicionamento dos atores políticos no contexto geopolítico internacional.

05) Geografia Política, Geopolítica e o Ensino de Geografia

Nos manuais e principais referências sobre a Geografia Política e a Geopolítica, como o caso dos livros "Geografia e Política" de Iná Elias de Castro e "Geografia Política e Geopolítica" de Wanderley Murrion da Costa, podemos observar a reflexão de que ao longo do século XX, como consequência do pós-guerras, a reflexão sobre a política na Geografia foi ignorada em nome de outras questões. Em grande parte, essa vergonha sobre a política deve-se ao uso da Geografia e da ~~Geografia~~ Geopolítica aos anseios da guerra e do imperialismo, onde o ensino de Geografia também exerceu grande influência para comunicar as ideologias e nacionalismos dos países envolvidos na guerra. Passados períodos de crise, pode-se observar, sobretudo a partir da década de 1970, a emergência de novas questões e novas abordagens que recolocam a reflexão sobre a política no centro da Geografia e do ensino geográfico. Essas novas questões envolvem especialmente a emergência de novas escalas, novos atores e novas temáticas da territorialidade da política, colocando o desafio de apreender a espacialidade da política nesses novos termos.

Como destacam Iná Elias de Castro e Wanderley Murrion da Costa nos livros destacados acima, a Geografia Política e a Geopolítica se desenvolvem, ao longo do século XIX e século XX a partir de uma reflexão direta com os Estados: a Geografia Política como os estudos que buscavam compreender as relações entre a política - como expressão e controle dos conflitos sociais - e o território, considerado a partir da expressão do Estado Nacional; a Geopolítica como as abordagens mais pragmáticas e bélico-militares que

buscaram ~~construir~~ e propor caminhos aos Estados para controlar os espaços. A partir do uso dos conhecimentos geográficos e geopolíticos, pelos Estados europeus durante as Guerras Mundiais, Wanderley Menna da Costa destaca no seu livro "Geografia Política e Geopolítica" o uso convergente da política na geografia. É nesse contexto de pós-guerras, que se observa a emergência de críticas à Geografia Política, como aquelas expressas por Yves Lacoste, a emergência de reflexões sobre o poder - em detrimento da política - como a proposta de Claude Raffestin no seu livro "Por uma Geografia do Poder" ou ainda a emergência das leituras pós-estruturalista e pós-moderna - que repropõem o poder em outras escalas além da estatal.

Se durante algum tempo essas reflexões diminuíram a reflexão sobre a política na geografia, elas também permitiram a reconstrução de ~~novas~~ novas abordagens em Geografia Política, conscientes dos problemas anteriores e preocupadas em considerar a multiplicidade da política a partir de suas escalas múltiplas. Dentre outras questões, essas novas abordagens se ~~caracterizam~~ caracterizam pela incorporação de novas questões, como:

a) a incorporação de novas escalas de análise do fenômeno político para além do Estado Nação, considerando os derapivos "de baixo" e "de cima".

b) a consideração de novas questões de ordem política estimuladas por questões identitárias e do debate sobre as políticas distributivas, como o caso dos debates feministas, LGBTQIA+, das raças e etnias, etc.

Esses dois grandes derapivos indicam novas abordagens e caminhos possíveis de explorar a espacialidade da política

perante a complexidade do contexto contemporâneo. Sobre a incorporação das novas escalas, observa-se o desafio de analisar a multiescalaridade do fenômeno político sem ignorar a importância ainda central do Estado. Como destaca Iná Elias de Castro no seu livro "Geografia e Política", o desafio está em compreender que a nova ordem global transforma os papéis do Estado, mas não exclui a sua importância. No contexto da globalização, a política se expressa a partir de um jogo de escalas, sendo importante considerarmos as diferentes escalas em que se inserem os fenômenos.

E igualmente, conforme destaca Wanderley Merriam da Costa, no seu livro acima mencionado, o desafio da Geografia e da educação geográfica é compreender esse Estado não como um conceito *a priori*, mas como um produto social e histórico, produzido a partir das relações políticas em escalas distintas e interconectadas. Perante um contexto global, onde se observa a emergência de novas escalas "para dentro" e "para fora" dos Estados Nacionais, o desafio para a Geografia e o Ensino Geográfico corresponderia ao estudo da espacialidade da política sem desconsiderar a multiplicidade das escalas.

A consideração das questões identitárias e das políticas distributivas, por sua vez, coloca o desafio da Geografia considerar os novos atores que emergem, na escala local e na global e demonstram como a política se expressa em diferentes escalas, indo do corpo às agendas globais. A demanda pelo reconhecimento das diferenças raciais e étnicas, de gêneros e sexualidades e das identidades múltiplas aproxima o debate político da prática cotidiana

e da política realizadas nas localidades, seguindo caminhos sugeridos por John Agnew na importância de considerar o papel das localidades. Entretanto, considerando as questões expostas por Paul Gilroy no seu debate sobre as relações entre as raças e a nação, um desafio para a Geografia envolve sobre a construção de novas abordagens que considerem esses fenômenos identitários a partir de suas experiências em diversas escalas.

Por fim, esses desafios que envolvem a educação geográfica também expressam a necessidade de articular, conforme apresentada pela professora Rejane Rodrigues em artigos recentes, a ~~educação~~ educação geográfica com a educação política, em busca da construção de um cidadania atora possível a partir do conhecimento geográfico. Primeiro, essa articulação entre educação geográfica e educação política pode ajudar a eliminar os preconceitos sobre a política — questão central preconizada por Hannah Arendt no seu livro "O que é política". Ao auxiliar na identificação dos equívocos da Política e das análises políticas, essa postura também pode contribuir para a percepção da importância do Estado para a gestão da diversidade, outra questão central apontada por H. Arendt. Essas questões demonstram a importância da Geografia e da Educação Geográfica para uma educação cidadã crítica em que professores, estudantes e pesquisadores reflitam os problemas políticos a partir de seu contexto territorial particular.

06) Estados Nacionais no mundo contemporâneos

A análise sobre a territorialidade da política a partir da escala dos Estados Nacionais sempre foi uma questão central para a Geografia Política. Na Geografia Política Clássica, os Estados Nacionais foram o recorte analítico clássico para observação das relações entre política e território. Entretanto, a partir das críticas tecidas à Geografia Política no pós-guerra, assim como a emergência de uma nova ordem mundial, caracterizada por uma sociedade e relações cada vez mais globais, a atuação dos Estados Nacionais se transforma, incorporando novas desafiões e novas territorializações e regionalizações. Enquanto análises simplórias indicam as transformações como diminuindo a importância dos Estados, uma leitura a partir da Geografia Política precisa compreender que os papéis dos Estados Nacionais não apenas reorganizados e resignificados.

Wanderley Merriam da Costa, no seu livro "Geografia Política e Geopolítica", e David Harvey na sua obra "Condições Pós-Moderna", demonstram essa reformulação dos Estados Nacionais a partir de caminhos distintos, mas complementares. O primeiro autor demonstra como no contexto contemporâneo os Estados Nacionais reestruturam as suas estratégias de atuação a partir de novas formas de participações na economia e nas estratégias geopolíticas. Assim, Wanderley Merriam da Costa destaca que - no livro destacado acima mas também, em artigo de 2009, sobre a integração regional da América do Sul, e outro artigo de 2022 comentando um texto anterior da professora

Iná Elias de Castro - os Estados Nacionais se reposicionam nessa nova ordem mundial a partir da construção de novos arranjos geopolíticos e econômicos, como forma de fortalecer sua presença no cenário global. Assim, os Estados reorganizam suas atividades e alianças econômicas, assumem novas formas de atuação e regulação da política econômica e assumem uma nova centralidade no planejamento e gestão do espaço. Assim, os Estados fortalecem a sua importância como a ação reguladora do planejamento territorial e na gestão econômica, como forma de controlar os fluxos econômicos e geopolíticos dessa nova ordem global.

David Harvey destaca, por sua vez, a importância dos Estados Nacionais para garantir a recuperação da economia capitalista perante seus momentos de crise. Assim, esse autor destaca a importância da atuação dos Estados Nacionais para a dinâmica econômica e geopolítica relacionada ao capitalismo do mundo contemporâneo, sobretudo na transição para o atual contexto da economia flexível.

Portanto, a partir de uma perspectiva da Geografia Política, compreende-se que neste contexto de uma nova ordem mundial, a atuação dos Estados se ~~reconfiguram~~ reconfiguram, buscando incorporar esses novos desafios e novas escalas ao seu contexto particular. Conforme destaca Iná Elias de Castro no seu livro "Geografia e Política", o grande desafio da análise sobre o Estado contemporâneo centra-se na importância de compreender a centralidade dessa escala para a espacialidade da política. Conforme essa autora, esse Estado se caracteriza, no contexto contemporâneo, pelo fortalecimento das especificidades

do Estado Nacional moderno - a centralidade do seu território e importância de suas instituições e estrutura organizacional - articulada com suas conexões em outras escalas e incorporação de novos espaços políticos e novos caminhos de atuação.

Assim, no mundo contemporâneo, os Estados Nacionais reorganizam a sua atuação no plano econômico e geopolítico de formas diversas e complementares. Os Estados passam a se reorganizar em blocos regionais que cada vez mais se configuram em organizações econômicas e geopolíticas, como a União Europeia ou o Mercosul que, até recentemente, apresentaram uma força geopolítica e econômica, enfraquecida pelo contexto político recente da América do Sul. Igualmente, se observa um fortalecimento da ação planejadora do Estado, responsável por organizar o território nacional para melhor receber os fluxos econômicos e garantir a maximização de sua exploração econômica. Por fim, também se observa, tal como destaca o Wanderley Mendes da Costa no seu texto com comentário à professora Iná Elias de Castro, se observa um fortalecimento da atuação geopolítica de Estados Nacionais como a Rússia e da China sobre as terras centrais da Europa e do mar da Ásia, respectivamente.

Considerando essa nova ordem mundial de forte competição econômica e geopolítica, conclui-se a partir das reflexões de Iná Elias de Castro no seu livro citado anteriormente, que o exame dessas questões nem considerar a esfera dos Estados Nacionais implicaria uma análise política incompleta. Os Estados não são mais a esfera exclusiva da análise política pela geografia mas a sua

Código: 7273

atuação ainda é central para as dinâmicas políticas e geopolíticas do mundo contemporâneo.

